



Universidade Estadual de Santa Cruz

Reitora: Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro
Vice-Reitor: Evandro Sena Freire



Departamento de Letras e Artes

Diretor: Isaías Francisco de Carvalho
Vice-Diretor: Fernando José Reis de Oliveira

Rodovia Jorge Amado (BA-415), km 16
Campus Soane Nazaré de Andrade
CEP 45662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil
Endereço eletrônico: letras@uesc.br
Site eletrônico: <http://www.uesc.br/dla/index.php>
Fone/Fax: 55 73 3680-5088



EID&A

Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

ISSN 2237-6984

Editores

Eduardo Lopes Piris

Emília Mendes

Isabel Cristina Michelin de Azevedo

Moisés Olímpio Ferreira

Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Endereço eletrônico: revista.eidea@gmail.com

Site eletrônico: <http://www.uesc.br/revistas/eidea>

Indexada em:



EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

Departamento de Letras e Artes – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Editores

Eduardo Lopes Piris • Emília Mendes • Isabel Cristina Michelan de Azevedo •
Moisés Olímpio Ferreira • Paulo Roberto Gonçalves Segundo •

Conselho editorial

Ana Maria Di Renzo (UNEMAT)
Ana Zandwais (UFRGS)
Anna Flora Brunelli (UNESP)
Carlos Piovezani (UFSCar)
Christian Plantin (ICAR/CNRS)
Cristian Tileaga (U.Loughborough)
Christiani Margareth de Menezes e Silva (UESC)
Eduardo Chagas Oliveira (UEFS)
Edvânia Gomes da Silva (UESB)
Eliana Alves Greco (UEM)
Eugenio Pagotti (UFS)
Evandra Grigoletto (UFPE)
Fabiana Cristina Komesu (UNESP)
Fabiele Stockmans de Nardi (UFPE)
Galia Yanoshevsky (U.Tel-Aviv)
Gilberto Nazareno Teles Sobral (UNEB)
Grenissa Bonvino Stafuzza (UFG)
Guylaine Martel (U. Laval)
Helena Nagamine Brandão (USP)
Ivo José Dittrich (UNIOESTE)
John E. Richardson (U.Newcastle)
José Niraldo de Farias (UFAL)
Juan Eduardo Bonnin (UBA)
Juan Marcelo Columba-Fernández (UPEA)
Juciane dos Santos Cavalheiro (UEA)
Leonildo Silveira Campos (UMESP)
Lineide Salvador Mosca (USP)
Luciana Salazar Salgado (UFSCar)
Luciano Novaes Vidon (UFES)
Manuel Alexandre Júnior (U.Lisboa)
Marc Angenot (U.MacGill)
Márcia Regina Curado Pereira Mariano (UFS)
Maria Adélia Ferreira Mauro (FOCSP)
María Alejandra Vitale (UBA)
Maria Amélia Chagas Gaiarsa (UCSAL)
Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago (UFG)
Maria Eliza Freitas do Nascimento (UERN)
Maria Emília de Rodat de A. Barreto Barros (UFS)
Maria Helena Cruz Pistori (PUCSP)
Maria Rosa Petroni (UFMT)
Maria Teresinha Py Elichirigoity (UFRGS)
Marianne Doury (CNRS)
Marie-Anne Paveau (U.Paris XIII)
Marinalva Vieira Barbosa (UFTM)
Marisa Grigoletto (USP)
Maurício Beck (UESC)
Nelson Barros da Costa (UFC)
Pedro Luis Navarro Barbosa (UEM)
Ricardo Henrique Resende de Andrade (UFRB)
Rui Alexandre Grácio (U.Nova de Lisboa)
Ruth Amossy (U.Tel-Aviv)
Ruth Wodak (U.Lancaster)
Sheila Vieira de Camargo Grillo (USP)
Sírio Possenti (UNICAMP)
Sophie Moirand (U.Paris III)
Soraya Maria Romano Pacífico (USP)
Thierry Guilbert (U. Picardie)
Valdemir Miotello (UFSCar)
Valdir Heitor Barzotto (USP)
Vânia Lúcia Menezes Torga (UESC)
Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho (UnB)
Viviane de Melo Resende (UnB)
Wander Emediato de Souza (UFMG)
William Augusto Menezes (UFOP)
William M. Keith (U.Wisconsin)
Zilda Gaspar Oliveira de Aquino (USP)

Revisores

Alice Vasques de Camargo • Anna Carolina Araújo • Giselle Luz • Laurenci Barros Esteves •
Leonardo Dalvo Silva de Andrade • Roberto Santos de Carvalho •

Capa e logotipo

Laurenci Barros Esteves

Diagramação

Eduardo Lopes Piris

IDEOLOGIA, DISCURSO E ESTUDOS CULTURAIS: A CONTRIBUIÇÃO DE MICHEL PÊCHEUX^{i ii}

Martin Montgomeryⁱⁱⁱ
Stuart Allan^{iv}

Introdução

Em seu artigo investigativo “What Is Cultural Studies Anyway?”, Richard Johnson (1987 [1999], p. 59) equipara a linguística a uma “arca do tesouro vantajosa aos estudos culturais”, que apenas agora tem conseguido se recuperar de seu abandono no terreno de uma “enorme mística tecnicista e um profissionalismo acadêmico”. Talvez essa não seja exatamente uma descoberta, mas não é de hoje que os adeptos dos estudos culturais dão atenção à linguística, graças a suas constantes reivindicações por um campo de autonomia ou cientificidade descritiva, e também graças a suas tendências a um formalismo a-histórico, entre outras características. Afinal, foi exatamente esse tipo de restrição fundamental que fomentou os estudos culturais a adotarem, desde o início, uma variante saussuriana da semiótica, sempre que havia algum entrave com a materialidade da componente linguística dos fenômenos culturais.

i Referência da publicação original:

MONTGOMERY, Martin; ALLAN, Stuart. Ideology, Discourse, and Cultural Studies: The Contribution of Michel Pêcheux. *Canadian Journal of Communication*. v. 17, n. 2, 1992.

ii Gostaríamos de expressar nossos agradecimentos a Jacques Chevalier, Line Grenier e William Straw, bem como para o editor e os revisores anônimos da revista em que o artigo foi publicado originalmente, por suas sérias críticas de uma versão anterior deste manuscrito. O financiamento para esta pesquisa foi fornecido, em parte, pelo Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanidades do Canadá.

iii Docente da Universidade de Macau (UMac), China. E-mail: mmontgomery@umac.mo.

iv Docente da Cardiff University, Inglaterra. E-mail: allans@cardiff.ac.uk.

O projeto semiótico garantia o rompimento com abordagens que reduziam a linguagem a um instrumento “neutro” através do qual a “realidade” se expressa. Trazer à tona a natureza arbitrária dos campos significativos do cotidiano era uma forma fascinante de propor novos modos de pensar a máxima de Williams, segundo a qual o que estava em jogo na teoria culturalista era a pesquisa do complexo de padrões de relacionamentos entre os elementos da cultura como *um modo de vida integral* (WILLIAMS, 1961). Além de tudo, a semiótica permitiu a desobstrução daquilo que cada vez mais parecia um postulado oculto, em outras palavras: que a cultura é inerentemente significativa. A semiótica também possibilitou contrariar a suposta *transparência* ou *naturalidade* dos sentidos reais enraizados na experiência social prática.

Como muito bem ilustram os documentos, contudo, tentativas posteriores, nas últimas duas décadas, de reconcentrar o objeto dos estudos culturais e de fazer melhor uso desse aparato reflexivo de metodologias culminaram hoje numa grave crise: como definir os limites da linguagem? Há um mundo fora do texto? Onde é que a realidade não discursiva termina e a linguagem se inicia¹? Está bem claro que, em algumas mãos, as ferramentas proporcionadas pela semiótica foram empunhadas de forma a reificar uma visão do processo linguístico contrária à compreensão do objeto linguístico. Isso é bem característico em campos que teorizam ostensivamente uma linguagem divorciada de sua materialidade, apagando as correntes que estudam as próprias condições históricas de sua existência.

Em alguns casos, esse impasse se origina em uma relutância em retrabalhar certos preceitos idealistas que se escoram nas próprias formulações de Saussure (1966): um posterior compromisso teórico que, em geral, engendra uma divisão reducionista entre “forma” e “conteúdo”. Assim, até os teóricos que se dedicaram a assegurar uma leitura sintomática de Saussure muitas vezes caem na armadilha economicista de afirmar que os limites declarados da linguagem estão estritamente determinados, *vis-à-vis*, pelas necessidades imaginárias que tem uma sociedade organizada de produzir um sistema específico de relações de poder. Assim, a semiótica é responsabilizada por permitir que o quadro conceitual resultante dos estudos

¹ Ver, por exemplo, Allor (1988); Chevalier (1990); Charland (1990); Franklin, Lury e Stacey (1991); Grossberg (1983); Hall (1985); Johnson (1987); Laclau e Mouffe (1985); Maccabe (1985); Morris (1990); Nelson e Grossberg (1988); Robinson e Straw (1984); Spivak (1987).

culturais receba uma perspectiva rigidamente funcionalista da dinâmica poder-resistência.

Por isso, uma possível explicação para a crescente atenção que se tem dado à linguística e à análise do discurso nos estudos culturais, aos custos da semiótica, está diretamente relacionada a este problema de levar em conta a contradição entre – e conseqüentemente a luta por – a ideologia e o poder. Outras possíveis explicações para o aumento de interesse nos conceitos e categorias da análise do discurso pendulam entre a dificuldade de integrar as noções althusserianas de ideologia em conceitos operacionais (ALTHUSSER, 1971, 1969); a perda da especificidade do campo da linguística nas categorias alternativas herdadas do trabalho de Foucault sobre a função enunciativa dos discursos (FOUCAULT, 1972, 1971); e, finalmente, a gradativa hegemonia de argumentos pós-modernos de que o termo “discurso” deveria ter seu sentido alargado, para que assim pudesse encampar processos antigamente identificados como pertencentes às regiões da representação, ideologia e significação, respectivamente (ver BAUMAN, 1988; MURPHY, 1988; NICHOLSON, 1990; ROSS, 1988).

Para os estudiosos culturais que se recusam a permitir que os limites afiados do termo “discurso” sejam atenuados, mas que, mesmo assim, são forçados a reconhecer que não há outra abordagem imediatamente disponível, um passo provisório é geralmente recomendado: a saber, que os fatores sociais que condicionam ou estruturam o sentido de qualquer instância falada simplesmente devem ser reconhecidos como dialéticos. Esta manobra está claramente longe de ser satisfatória; mas nos perguntamos: o emprego da análise do discurso pode vir a aprimorar os estudos culturais, cedendo-lhe os meios necessários para explicar a materialidade dos processos discursivos? A resposta prossegue aberta a perguntas: o número de sérias dificuldades associadas ao “empréstimo” de conceitos precisa ser calculado antes de qualquer coisa; contudo, em nossa visão, a análise do discurso nos estudos culturais certamente é promissora, no sentido de que é um meio de reconstruir o problema da natureza consensual do sentido com um estilo renovado e muito mais elaborado.

Foi com esse objetivo em mente que nos demos a tarefa de começar a reavaliar o dispositivo analítico e crítico proposto por Michel Pêcheux (1988, 1983, 1982) e Pêcheux e Gadet (1983), uma vez que acreditamos que sua

abordagem rima de forma singular com estratégias em potencial para um projeto de estudos culturais da magnitude pretendida. Sua obra sustenta um desafio incisivo ao que se tornou – após certas formulações pós-modernas – uma *política de superfícies discursivas*, ao introduzir, sucessivamente, uma bem-feitíssima refutação de uma linguística estruturalista tradicional em que o sistema abstrato (o código) é levado em conta, às custas da implementação real desse código em situações de uso. Outrossim, este artigo seguirá examinando as possíveis contribuições analíticas aos estudos culturais que podem ser recuperadas da obra de Michel Pêcheux, à medida que ele trata dos profundos silêncios tanto da linguística saussuriana quanto da linguística marxista ortodoxa. Além disso, espera-se que, através dessa avaliação, sejam salientados, em linhas gerais, os impasses conceituais no que tange ao paradoxo linguagem/realidade.

Ideologia no passado

Quase dez anos já se passaram desde a trágica morte de Michel Pêcheux², e ainda assim suas intervenções acadêmicas continuam a ser pesquisadas por muitos profissionais filiados/interessados à/na análise crítica do discurso, como uma rica fonte de ideias viáveis³. Nascido na França, em 1938, Pêcheux ingressou no Lycée Descartes e foi aluno de Louis Althusser na École Normale Supérieure de 1959 a 1963. Suas mais importantes obras incluem *Sur l'histoire des sciences* (em coautoria com Michel Fichant, publicado em português como *Sobre a história das ciências*), *Analyse automatique du discours* (em português, no livro organizado por F. Gadet e T. Hak, *Por uma Análise Automática do Discurso*), *Les vérités de la palice* (publicado em inglês como *Language, Semantics and Ideology*, e em português como *Semântica e Discurso*), e *La langue introuvable* (em coautoria com Françoise Gadet, em português, como *A língua inatingível*). Ele também foi responsável por uma série de influentes artigos, muitos deles publicados sob o pseudônimo de Thomas Herbert. Quando de sua morte, em 1983, Pêcheux ocupava a posição de diretor de pesquisa do Centre National de Recherche Scientifique – CNRS.

2 N.T.: Michel Pêcheux, como é de conhecimento entre os pesquisadores, morreu em 1983. Este artigo foi originalmente publicado em 1992.

3 Ver, por exemplo, Cousins (1985); Eagleton (1991); Fairclough (1989); Frow (1986); Goodrich (1982); Hall (1982); Maccabe (1985); MacDonnell (1986); Morley (1980); Thompson (1984).

Hoje, o compromisso inaugurado por Pêcheux de desenvolver um dispositivo de pesquisa herdeiro da reconstrução de Louis Althusser do materialismo histórico tem se reduzido criticamente, especialmente porque muitos ex-filiados à área mantêm apenas uma relativa lealdade às pesquisas do passado, insistindo que o arcabouço político resultante se provou de difícil manipulação. Ainda assim, a influência do marxismo althusseriano nos estudos culturais não se apagou, e descartar a importância dessa presença seria empobrecer a discussão. Uma preocupação dos estudos culturais – que define suas pesquisas – continua a ser seu compromisso em teorizar os modos como as divisões em classes sociais e as hierarquias são naturalizadas ou simplesmente colocadas num patamar para além do discurso. Esse é um projeto que tem suas raízes no momento althusseriano. De fato, a guerra que Althusser iniciou mais de duas décadas atrás – que consistia em desconstruir a lógica essencialista articuladora de uma concepção de ideologia como série de ideias apartada da prática material (assim como desconstruir a perspectiva paralela, de um sujeito racional, autoconstituído e unitário) – foi, pelo menos em sua maior parte, lutada, e então ela se tornou campeã.

Grande parte da terminologia foi reformulada, é claro, à luz de ideias extraídas de trabalhos neogramscianos, foucaultianos, desconstrucionistas e, o que é mais importante em nossa ótica, feministas. Significativamente, muitos dos pós-althusserianos e seus críticos compartilham do interesse de Althusser em elucidar a própria *obviedade* de que a língua “transparentemente” faz com que uma palavra “nomeie uma coisa” ou “tenha um significado”. Em geral, esses teóricos estão de acordo que o “efeito ideológico” é crucial em vistas da compreensão de como os parâmetros do discurso “legítimo”, “apropriado” ou “autoritário” são policiados. Portanto, Pêcheux é um dos muitos pesquisadores que, no rastro de Althusser, nega o sentido das palavras como existente “em si mesmo”, “imaneente”, pronto para um sujeito humano o “decodificar”. E ele considera igualmente inadequada a pressuposição de que é possível, de algum modo, analisar a palavra alijando-a da constituição dos discursos subjetivos (considerando-se aqui, por exemplo, classe social, gênero e “raça”) – o próprio terreno da contestação ideológica. Apesar disso, é exatamente quanto a essa questão que muitas das maiores dificuldades com essa abordagem conceitual têm surgido. Até aqui, Althusser parecia dar o prumo

das questões mais vitais, mas suas respostas tinham uma natureza tão provisória que acabavam dificultando uma aplicação rigorosa.

Conforme muitos comentaristas afirmaram, um dos aspectos mais aterradores das formulações althusserianas sobre a ideologia é a ausência de uma instância elaborada que dissesse respeito às possibilidades para a realização de uma política de resistência ou contra-hegemonia no nível do encontro entre sujeito e texto. Como ter sucesso na tentativa de tornar o “senso comum” incomum? Não é muito raro, argumentaríamos, vemos as categorias althusserianas sendo empregadas a ponto de confundir a superposição entre a língua e suas condições (lugares institucionais) de uso, assim tornando o objeto linguístico muito mais difícil de ser teorizado quanto à produção de uma série específica de posições-sujeito (tendenciosas) em relação a uma formação discursiva (FD) contingente à formação social. Preocupantemente, as queixas que resultam disso são silenciadas com as vagas referências às “práticas manipuladoras” dos aparelhos ideológicos de Estado (AIEs), e, nessa perspectiva, a mídia de massa passa a ter importância fundamental. Para outros, além de tudo, o “desreconhecimento” passa a ocupar o terreno anteriormente marcado como “falsa consciência”. Isso quando Althusser se encontrava na difícil tarefa de mostrar como esse desreconhecimento ideológico é inevitável: simplesmente não há uma consciência “verdadeira” disponível para ser alcançada no limbo.

Althusser também é o responsável, a nosso ver, por realçar a necessidade de se questionar os procedimentos através dos quais os termos e definições “dominantes” ou “preferenciais” das ideologias “vigentes” são, no final das contas, traduzidos como *naturais* ou *inevitáveis*. Ainda assim, essa formulação da interpelação pelos AIEs não dá a devida atenção a uma compreensão estratégica do funcionamento dos mecanismos linguísticos, que estruturam destinos do sujeito enquanto ele negocia identificações possíveis com uma realidade “externa”. Este é um sério dilema que outros teóricos, entre os quais os foucaultianos são provavelmente os mais extremos, escolheram obliterar. Aí está a importância da intervenção teórica de Michel Pêcheux. Ela constitui uma tentativa bissexta de localizar os jogos ideológicos e de poder no próprio discurso ou, no jargão lacaniano que o autor adota, de entender “a política como significante”; e isso configura o lugar próprio da interpelação.

Aceitamos aqui o desafio de examinar as implicações desse movimento radical, que localiza os efeitos determinantes das condições sócio-históricas heterogêneas no e através dos mecanismos linguísticos, o que se opõe a uma imposição exclusiva no nível da subjetividade humana. Como mostraremos, a adesão pecheutiana a uma posição althusseriana sobre a ideologia com uma abordagem recente quanto à análise do discurso é o que cria o espaço conceitual necessário para começar a tarefa de se explicar *a constituição e as potencialidades das forças que governam a subjetividade e, além disso, dá margem também às condições de uma oposição política de produção de sentidos*. Pensado nesse enfoque, seu trabalho tem tudo para fomentar uma reavaliação decisiva dos pressupostos básicos que sustentam tentativas recentes de assegurar novas formas de uma análise do discurso crítica no âmbito dos estudos culturais.

Langue e parole revisitadas

Os elementos mais rudimentares da pesquisa de Pêcheux concernentes a nosso interesse neste artigo são logo destacados em sua oposição declarada a qualquer tentativa de constituir o objeto do estudo linguístico fundamentando-se na dicotomia “sistema abstrato” x “acontecimento contingente assistemático”, principalmente quando essa distinção é usada para salientar o primeiro termo em detrimento do segundo. Ou seja: ao se recusar a separar o sistema linguístico abstrato dos processos sociais, Pêcheux (1982) busca descartar desde o início qualquer noção de sentido fixado ou estabelecido que seja atrelado invariavelmente a certas entidades linguísticas. Como ele mesmo escreve, “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhes seria próprio, preso a sua literalidade [...] o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição” (PÊCHEUX, 2009, p. 240). Se, para Pêcheux, o sentido não reside, de forma predeterminada, nas propriedades da *langue* (por exemplo, nas inter-relações entre o léxico e a sintaxe), ele não pode ser teorizado “fora” da história (a imutabilidade do signo). O sentido, dessa forma,

[...] existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as

palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem (PÊCHEUX, 2009, p. 240).

Assim, procurando revisitar as versões da dicotomia *langue versus parole*, Pêcheux objetiva fazer uma nova reformulação da distinção entre sistema e acontecimento: dessa vez, o que estaria em jogo seria a oposição entre base linguística e processo discursivo.

Para tal, Pêcheux precisa, antes de tudo, limpar terreno para contestar certos preceitos saussurianos, enfatizando primeiramente o papel do próprio processo discursivo. Como outros linguistas críticos que o antecederam (as contribuições do Círculo Bakhtiniano também são proeminentes nesse campo), ele se opõe diametralmente à maneira como o discurso foi reduzido ao uso concreto dos atos de linguagem. Em muitos casos, a situação da elocução é descartada como “subjéctiva” ou circunstancial, o que deixa claro que as questões relativas à determinação social do sentido não são nem precariamente trabalhadas. Analogamente, a oposição *langue/parole* tem sido evocada constantemente, com o fim de constituir o objeto do estudo linguístico como algo desnecessariamente limitado. Tanto é assim que a língua como sistema torna-se a preocupação central, em detrimento de temas correlatos à retórica, poética, política e ideologia. A linguística da tradição saussuriana, segundo Pêcheux (2009, p. 222), “está, em seu limite, condenada a retornar *para alguém do corte que a inaugura*, por um tipo de ‘obstinação do recalçado’, cujo nó (que constitui seu mais fraco elo) se situa na região da semântica e se articula em torno do par língua/fala”⁴. Assim, ele rejeita a forma como Saussure propõe a oposição e reintroduz, como alternativa, as áreas descartadas da *parole* como forma de apresentar um novo par de categorias, a saber, a *base linguística* e o *processo discursivo*. Coerentemente, Pêcheux procura relacionar o funcionamento de certas unidades linguísticas a formações mais extensas, como o funcionamento de determinadas tendências composicionais. Aqui se enquadrariam, por exemplo, orações relativas/subordinadas adjetivas associadas a formações discursivas e ideológicas e, conseqüentemente, à luta pela hegemonia política.

4 Esta é uma crítica habitual, que também pode ser encontrada em Firth (1957), Hymes (1964) e Halliday (1978). Curiosamente, também nos lembra Bakhtin e Volochínov (1973), com críticas ao objetivismo abstrato: “A realidade verdadeira da língua-fala não é o sistema abstrato de formas linguísticas [...], mas o acontecimento social da interação verbal implementado em uma locução ou em locuções” (1973, p. 94).

De alguma maneira, mesmo ao reformular a distinção *langue/parole*, Pêcheux aparentemente aceita muito do que está em jogo na definição tradicional da *langue*. Todo sistema linguístico, salienta o autor, “enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística” (PÊCHEUX, 2009, p. 81). Portanto, todo sistema linguístico é dotado de uma autonomia relativa das relações de classe (finamente definidas), o que, por conseguinte, o torna sujeito a leis internas: o sistema da *langue*, afinal, é de fato o mesmo para os materialistas e os idealistas; para os revolucionários e para os reacionários (PÊCHEUX, 2009, p. 81). Além do mais, baseados nessas leis internas é que os processos discursivos vão se desenvolver (mais uma vez, processos de substituição, sinonímia e paráfrase); tendo sido estabilizados através da unidade da *langue*, sempre estarão inscritos (sobredeterminados) em relações de poder e de resistência. Talvez não surpreendentemente, Pêcheux também almeje reconceitualizar radicalmente o domínio da *parole*, reforjando-o nos termos “discursividade” e “processo discursivo”. A noção de discursividade não deve ser amalgamada à de *parole*, ou seja, ela não é a fala, “uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração’ da língua”, da *langue* (PÊCHEUX, 2009, p. 82). Ainda assim, a discursividade pode, reconhecidamente, ser predicada à *langue*, que é um pré-requisito indispensável de qualquer processo discursivo (PÊCHEUX, 2009, p. 81), uma vez que é “sobre a base dessas leis internas [da *langue*] que se desenvolvem os processos discursivos” (PÊCHEUX, 2009, p. 82).

No entanto, embora a língua – a base linguística relativamente autônoma (*langue*) – possa ser indiferente à luta política, a discursividade definitivamente não o é, porque “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 2009, p. 82). É aí que se alcança o âmago da questão pêcheutiana; e sua preocupação aqui se aproxima bastante das máximas de Bakhtin e Volochínov (1973): “todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica”, e em consequência o “signo é a arena onde se desenvolve a luta de classes” (PÊCHEUX, 1997, p. 32, 46). De fato, a distinção pêcheutiana – entre *leis internas relativamente autônomas constitutivas da base linguística* e *processos discursivos formados e distintos ideologicamente*, que são predicados à base linguística mas não coincidentes a ela –, parece essencialmente próxima à oposição bakhtiniana entre *significado*

e tema, segundo a qual o significado é o mais baixo limite da significação linguística – um elemento abstrato, idêntico a si mesmo –, e está reduzido no tema, desmantelado pelas contradições vigentes do tema, vigorando na forma de uma nova fixidez e de uma autoidentidade por um dado tempo, em períodos de estabilização e desestabilização (PÊCHEUX, 1997).

A materialidade da luta ideológica

Apesar de tudo, diferenças relevantes surgem na forma como o conjunto de diferenças entre o linguístico e o discursivo é encarado. Para Bakhtin e Volochínov (1997), essa distinção aponta para uma rota relativamente direta inserida no processo social nos termos do poder determinante dos contextos extraverbaís, que estão em estado de tensão constante, ou interação incessante e conflito⁵. Já para Pêcheux, a distinção se conduz da discursividade para a própria dinâmica de poder/resistência, por “perpassar” o campo dos aparelhos ideológicos de Estado, ou AIEs. Logo, Pêcheux optaria por reterritorializar o modelo teórico althusseriano, conceitualizando os meios ritualizados da submissão à hegemonia como tendo relação *vis-à-vis* com a mídia de massa, a escola, a família, os tribunais, a Igreja e assim por diante. Todos esses aparelhos estão organizados hierarquicamente, e são tanto internos às formações ideológicas quanto dependentes de suas propriedades locais (sua “especialização” do conhecimento, da política, da religião e além). Mais uma vez, o terreno onde a ideologia opera está condicionado a forças sociais (as de classe, gênero e “raça” se sobressaem, em especial), e sua função mais genérica está circunscrita à despolitização ou à naturalização das desigualdades presentes na lógica determinada da acumulação de capital. Ao invés de repetir análises que atribuem a cada classe ou grupo sua respectiva ideologia, que de repente encontra a ideologia arquirrival num AIE, na teoria da AD, os AIEs são tomados como maiores que a mera *expressão* da ideologia da facção hegemônica. Os AIEs são legados, portanto, a representar tanto “simultaneamente quanto contraditoriamente” o lugar e as condições ideológicas da transformação das

5 Deve-se tomar cuidado aqui para garantir que uma dimensão-chave não seja sacrificada nessa troca. Sendo mais claro, trata-se da habilidade de rastrear a trajetória concreta da pluri-incidentalidade do signo, com o propósito explícito de identificar tanto os pontos possíveis quanto os reais de descontinuidade e ruptura ao longo do campo de articulações hegemônicas (cf. LACLAU; MOUFFE, 1985).

divisões sociais e das hierarquias. Essas condições ideológicas são constituídas, por sua vez, pelo complexo de AIEs: isto é, nem todos os AIEs contribuem *de forma equivalente* para os processos de reprodução/transformação. Em vez disso, por suas propriedades locais e de classe, existem neles *relações de contradição-instabilidade-subordinação* entre os elementos desse complexo de AIEs.

Se aceitamos que as relações de contradição-instabilidade-subordinação entre os diferentes AIEs são os pilares da luta ideológica (tendo a luta a função de impor ao complexo de aparelhos novas relações de instabilidade-subordinação), para Pêcheux (2009), a eficiência da ideologia hegemônica deve ser caracterizada como a “vitória” da reprodução das divisões sociais, na contramão de sua transformação. A batalha ideológica entre duas classes ou grupos antagônicos é, mais uma vez, assimétrica: esse processo de “vitória” só é alcançado por obstrução ou supressão. Nenhum grupo tem “o mesmo objetivo” que outro, então a reprodução/transformação é caracterizada como *movimento*, e não como uma forma objetiva de *inércia* (PÊCHEUX, 1982, p. 101). Para dar início à tarefa de diluir as principais dificuldades em jogo aqui, a saber, para resolver a questão de como assegurar as análises das condições ideológicas da reprodução/transformação das hierarquias sociais *nas ideias*, Pêcheux (1971) se esforça para reconfigurar a controversa noção althusseriana de que *a ideologia interpela indivíduos em sujeitos*.

Para início de conversa, a própria “autoevidência” do sujeito humano de como ele ou ela é saraivada para dentro das relações hierárquicas de submissão teve de ser tratada com muito mais precisão. Tomando a noção de Althusser de como o sujeito humano “funciona por si mesmo” como principal ponto de partida, Pêcheux sugere que é através do exame das formas como a *repressão inconsciente* e a *sujeição ideológica* estão materialmente ligadas que esforços críticos podem transcender com maior qualidade as limitações das formulações anteriores, que consideravam as ideologias ideias (e não forças materiais) que tinham como fonte os sujeitos humanos. É, portanto, sua intenção problematizar

[...] os processos de “imposição/dissimulação” que constituem o sujeito, “situando-o” (significando para ele o *que ele* [ou ela] *é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele [ou ela] essa “situação” (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito “funcione por si mesmo” (PÊCHEUX, 1997, p. 133; colchetes nossos).

Afinal, como salienta Pêcheux, máximas como “a ideologia é eterna”, de Althusser, ou “o inconsciente é eterno”, de Freud, simplesmente não podem “mascarar por meio de fórmulas a ausência, cujo peso é grande, de uma articulação conceptual elaborada entre ideologia e inconsciente: estamos ainda no estágio dos ‘vislumbres’ teóricos penetrando a obscuridade” (PÊCHEUX, 1997, p. 152).

Consequentemente, ao afirmar que a articulação entre ideologia e inconsciente é elidida por uma “rede de verdades *subjetivas* evidentes”, Pêcheux estabelece a localização do vínculo entre a *constituição do sentido* e a *constituição do sujeito humano* na figura mesma da interpelação. É aí que a não coincidência na formulação *indivíduo/sujeito* (o “paradoxo” pelo qual o *sujeito humano é conclamado à existência*) pode ser mais bem expressa. Pêcheux nota que a formulação de Althusser evita, cuidadosamente, pressupor a existência do sujeito humano em quem a operação de interpelação é desempenhada. Discordante da afirmação de que o “sujeito é interpelado pela ideologia”, Althusser propõe que o *não sujeito* é interpelado/constituído como sujeito pela ideologia. Aqui reside o paradoxo mencionado anteriormente; no entanto, Pêcheux argumenta que a interpelação, conforme por ele concebida, possui um “efeito Munchausen”: ou seja, dado que todo indivíduo almejado pelo discurso ideológico é “sempre já sujeito”, um efeito circular ou “retroativo” se produz. Para ilustrar, Pêcheux evoca a imagem do imortal barão de Munchausen, que, de acordo com a lenda, alçou a si mesmo de dentro de um pântano em direção ao ar, nada mais, nada menos que com “toda a força de um braço puxando seu próprio cabelo”.

Mas, então, como escapar dessa dificuldade? Como será mostrado, para Pêcheux (1997, p. 156), o primeiro passo é estabelecer que o “o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito [...] ao mesmo tempo que é ‘sempre já sujeito’” opera, apesar de tudo, através da contradição. Essa manobra teórica propicia que a “transparência da linguagem” seja combatida concretamente: em outras palavras, essa contradição aparente relativa à formulação, pós-laciana (1977), de sujeitos humanos como processos de representação (“apanhados” na rede de significantes) e ao recrutamento de sujeitos (via interpelação), originariamente indivíduos, que aceitam como *evidente* o sentido do que eles

ouvem, dizem, leem e escrevem como “sujeitos falantes” será posta em jogo para investigação (PÊCHEUX, 1982, p. 108-109).

A transparência da linguagem

Pêcheux (1982, p. 110) vê como convincente o argumento de Althusser de que esse sentido de “obviedade” – o que “todos sabem” através do “hábito” e do “uso” – só é bem-sucedido graças à ideologia: a ideologia é que “aperta os cintos”, ela designa tanto aquilo que é quanto aquilo que deve ser. Além do mais, a ideologia é que supre a evidência que faz com que uma palavra ou um enunciado “signifique aquilo que quer dizer”, então, aquilo que Pêcheux (1982, p. 110-111) chama de o *caráter material do sentido das palavras e dos enunciados* é, conseqüentemente, “mascarado” na “transparência da linguagem”. Esse processo de “mascaramento” é teorizado como sendo o resultado da articulação das práticas representacionais (às vezes antagônicas) no campo dos AIEs. Uma relação contraditória e desigual de correspondência é, então, construída. Pêcheux prossegue, especificando sua exata natureza por meio de duas teses radicais. A primeira proposição mantém que

[...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [uma vez mais, a configuração dos AIEs] nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1997, p. 160, colchetes nossos).

A polivalência semiótica de que se vale Bakhtin (1981) é aqui reconhecida como compelida por uma série de regras hierárquicas vinculadas à contestação ideológica; ou seja, uma palavra específica “encontra seu sentido” tomando por referência sua inscrição em uma ou mais posições localizadas ao longo de uma configuração institucional. Essa série de regras seria teorizada como uma formação discursiva, que demarca os limites normativos do que “*pode e deve ser dito*” em uma conjuntura histórica. Uma formação discursiva, envolvida em uma multiplicidade de disputas pelo valor de *adequação*, efetua certos “efeitos de sentido” no sujeito humano, enquanto, simultaneamente, disfarça o caráter contraditório do discurso subjetivo para o próprio sujeito.

A proposta de Pêcheux é levar em conta formalmente os processos discursivos tanto internos ao discurso quanto entre diferentes discursos, em

detrimento de uma perspectiva empírica que considerasse determinadas ideologias e formações discursivas de forma concreta e restrita. De acordo com essa conceituação, as formações discursivas aparentemente podem ser mais bem definidas como conjuntos de princípios reguladores que sustentam discursos reais, mas permanecem à parte deles. Essa fórmula advoga então que palavras, expressões e proposições ganham seu sentido nas formações discursivas (determinadas) em que são produzidas (os elementos linguísticos escolhidos, e como eles são combinados), então o sentido se torna um efeito que diz respeito a um sujeito humano *ativo*, e não a uma propriedade estável. Repetindo: uma expressão não tem um sentido “*próprio*” perpetuamente atrelado a ela.

Pêcheux (1997, p. 161) salienta esse ponto empregado indicando que, dado o surgimento dessa “matriz de sentidos”, os indivíduos são então interpelados “em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Tal concepção leva Pêcheux a declarar que o sujeito é “esquecido”: ele desconhece ou obstrui a “causa” ou determinação do seu discurso, e pensa que “na realidade” é o seu autor. Ao destacar como a naturalidade ou a evidência das palavras e expressões irão mudar seu sentido, “escorregando” ou “deslizando” de uma determinada formação discursiva para a outra, Pêcheux substantivamente aprimora a noção de intertextualidade (a passagem de um sistema de signos para outro) desenvolvida por Bakhtin. Esse entrelaçamento de elementos entre formações discursivas deve ser resultado de lutas hegemônicas que atravessam o campo social.

A segunda tese de Pêcheux (1997, p. 162) determina que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas”. À primeira vista, ao articular discurso com ideologia, Pêcheux ganha o mérito de introduzir no estudo da ideologia uma análise sócio-histórica mais concreta. Se

o discurso materializa ou enuncia a ideologia, ela se torna tangível e real para ser estudada de forma prática⁶.

Na elaboração que se segue, contudo, Pêcheux recusa-se a definir a natureza precisa dessa correspondência, ou de uma noção de imbricação. Ele é incapaz de especificar a natureza das relações entre formações ideológicas e formações discursivas. Em alguns momentos, ele parece sugerir que as formações ideológicas fornecem princípios de coerência que sustentam a inteligibilidade de uma formação discursiva correspondente, mas a relação de uma com outra permanece vaga. Da mesma forma, sua concepção de formações discursivas permanece mal definida. Não está claro, assim, se elas são mais bem compreendidas em termos de proveniência institucional (por exemplo “o discurso da instituição de defesa”) ou de esfera tópica (por exemplo, o discurso da dissuasão nuclear). Nem mesmo está claro o nível de abstração dos enunciados em que elas operam. E uma vez que nenhuma pista é dada para identificar os limites de uma formação discursiva, torna-se difícil observar como os componentes materiais de uma determinada formação discursiva podem ser especificados na prática. Assim, uma possível grande vantagem no delineamento das ideologias em situações concretas é perdida, colocada em segundo plano.

Não obstante essa dificuldade, contudo, Pêcheux demonstra de forma convincente as vantagens da teorização dos sentidos como uma função, não de textos ou palavras particulares, mas sim da formação discursiva em que tais expressões ocorrem. O sentido, desse modo, não é puramente acidental e contingente. Embora variáveis, os processos ou mecanismos constantes e generalizados podem ser vistos como subjacentes dessa produtividade, afinal, todos caem sob o domínio da noção de processo discursivo acima descrito (para ser sintético, um sistema de relações de substituição, como paráfrases, sinônimos e assim por diante, que opera entre elementos linguísticos, ou significantes, numa determinada formação discursiva). Esses processos garantem a mobilidade de sentidos dentro do “todo complexo com dominante das formações discursivas” em uma hierarquia universal (ou naturalizada). Mais precisamente, qualquer instância do discurso enunciado

⁶ É significativo notar que uma relevante tentativa de aplicar aspectos da obra de Pêcheux corta esse nó górdio simplesmente ao destruir o plano ideológico, integrando-o ao do discurso – falando-se, por exemplo, de “formações ideológico-discursivas” (cf. FAIRCLOUGH, 1989).

tem sua inteligibilidade assegurada, pelo menos em parte, pelo funcionamento de regras de inclusão e exclusão, isto é, pelo interdiscurso. Esse é o meio pelo qual um regime específico de formações discursivas, que por sua vez expressa ou é produto da hegemonia ideológica, é mediado em um texto. O que se declara ser o “sentido” de um determinado texto deixa de ser, dessa forma, exclusivamente associado ao autor enquanto sujeito falante (normalmente alinhado a sua intencionalidade), para, ao invés disso, ser confirmado como efeito das relações de uso da linguagem interno a e entre esse “todo complexo com dominante das formações discursivas”.

A questão agora é a necessidade de avançar a partir dessa afirmação, de que o não reconhecimento da autonomia e centralização do sujeito (a ilusão da autoidentidade unificada) está ancorado na mobilidade do seu “próprio” discurso, portanto, naquelas formações discursivas dominantes dispersas de forma desigual em todo campo social. Pêcheux procede tentando desvendar “o fio discursivo do sujeito”. Desse modo, ele compreende dois elementos principais desse “fio”, ou interdiscurso: o primeiro é por ele chamado de “pré-construído”, e o segundo de “articulação”. Ambos são/estão incorporados na materialidade do sujeito e de seu Outro. Brevemente, o pré-construído, na sua formulação, corresponde ao “já dito” da interpelação ideológica, como se fornecesse/impusesse posições já disponíveis, isto é, a “matéria-prima” da “realidade” e seu “significado” na forma de universalidade (o “mundo das coisas”, os “fatos evidentes” ou “o que todos conhecem como real”) ou do óbvio. Assim, o pré-construído está em contraste com o que é dito, o que é “construído” pelo enunciado. Alternativamente, o elemento de articulação sustenta o sujeito em relação ao sentido (como “já dito” ou “a dizer”) como se fosse algo exclusivamente seu. Dessa maneira, seu domínio de operação é a cadeia sintagmática do discurso, um plano de relações a que Pêcheux se refere como intradiscurso, ou seja, o funcionamento do discurso em relação a si.

O intradiscurso, então, é sempre o “discurso de um sujeito”, enquanto o interdiscurso está incorporado em declarações anteriores: a palavra, o símbolo ou o conceito, para serem reconhecíveis como tais, devem estar relacionados a um pré-construído “dado” antes de serem absorvidos em um texto determinado. Contudo, com respeito aos efeitos de sentido produzidos ao longo do plano horizontal do discurso (intradiscurso), Pêcheux destaca que essas relações intradiscursovas podem ser invadidas ou afetadas por discursos

de outros lugares. Isto é, de algum lugar no complexo domínio das formações discursivas; em outras palavras, do interdiscurso. Pêcheux (1982, p. 115, 121) sinaliza, assim, que é o interdiscurso que *determina a forma de dominação do sujeito*, fazendo com que ele assuma posições enquanto sujeito falante, garantindo a ele, desse modo, uma experiência de unidade que lhe seria negada. Em pontos cruciais no plano do intradiscurso, os elementos do interdiscurso podem emergir como “já dito”: esses elementos pré-construídos são lembranças laterais estabelecidas materialmente em outra formação discursiva. Dessa forma, uma linha ou plano do discurso pode se cruzar com outro, fornecendo um suporte de *outros lugares* no interdiscurso para uma enunciação intradiscursiva. Quando a inteligibilidade do intradiscurso faz interseção com a materialidade discursiva pré-estabelecida do interdiscurso, Pêcheux chama esse fenômeno de *discurso transverso*.

Dois mecanismos se destacam como parte do funcionamento do discurso transverso: as orações subordinadas adjetivas *restritivas* e as *explicativas*. Como construções gramaticais (correspondentes à diferença que a gramática descritiva faz entre orações relativas definidas e indefinidas), elas poderiam ser vistas como parte do que Pêcheux descreveu como base linguística. Entretanto, elas fornecem a ele exemplos instrutivos da maneira pela qual processos discursivos se desenvolvem sobre a base dessas leis internas (da *langue*). Ambos os tipos de construção oferecem pontos em que o intradiscurso é suscetível ao funcionamento do discurso transverso: em outras palavras, cada construção permite, singularmente, que algum material se infiltre no intradiscurso enunciado por meio do discurso transverso. Isso pode ser visto mais claramente por exemplos concretos.

Orações subordinadas adjetivas explicativas e restritivas no processo discursivo⁷

A seguinte sentença fornecida por Pêcheux mostra uma oração subordinada adjetiva explicativa (indefinida): “Napoleão, *que reconheceu o perigo para seu flanco direito*, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga”. Cada oração da sentença pode ser vista como

7 N.T.: Preferimos aqui usar a terminologia mais difundida no que se refere às orações introduzidas por nexos protagonizados por pronomes relativos. No entanto, não podemos silenciar outras terminologias, como a própria oração relativa. Designar um fenômeno linguístico é um gesto que faz sentido por si mesmo, silenciando outras nomenclaturas possíveis.

correspondente a uma proposição em separado: (1) Napoleão comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga; (2) Napoleão reconheceu o perigo para o seu flanco direito.

Uma abordagem puramente gramatical para a sentença afirma que a oração subordinada adjetiva (em itálico) apenas explicita ou acrescenta informações de forma contingente sobre algum elemento da oração principal (veja, por exemplo, SINCLAIR, 1972). Assim, a oração subordinada adjetiva, neste caso, acrescenta uma informação sobre o referente “Napoleão”, da oração principal. Pêcheux, contudo, argumenta que a informação (ou proposição) da oração subordinada não é, nesta situação, de caráter meramente acessório ou contingente. Pelo contrário, a articulação das duas proposições juntamente com o uso de um explicativo tem, neste exemplo, o efeito de uma relação entre os dois: Napoleão comandou sua guarda contra a posição inimiga *porque* ele reconheceu o perigo no seu flanco direito. De fato, com essa leitura, a oração subordinada (*que reconheceu o perigo para seu flanco direito*) realmente expressa mais através de sua conexão com a oração principal do que o faria de forma isolada. Para que a relação causal seja ativada, contudo, se exige o reconhecimento de algum fundamento pressuposto geral, como: Se (fosse um general, fosse Napoleão) alguém reconhecesse uma ameaça de perigo, deveria atacar antes que fosse atacado.

Orações subordinadas adjetivas, portanto, funcionam, de acordo com Pêcheux, como uma “lembança lateral”, provocando uma espécie de “retorno do saber no pensamento”. No exemplo anterior, pode-se afirmar que dado discurso de motivos e intenções (de algum lugar no interdiscurso) intercepta um discurso narrativo-histórico de caráter estrito.

Nossa atenção agora se volta para considerar a função de uma oração subordinada adjetiva restritiva (definida), com um exemplo que pode ser observado na seguinte sentença: Aquele *que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias* morreu na miséria.

A oração subordinada adjetiva nesse exemplo (Pêcheux tomou-a emprestada do artigo de Frege, “On Sense and Reference” [em português, “Sobre o sentido e a referência”]) não acrescenta tanta informação sobre o referente de um constituinte na oração principal, mas realmente determina, restringe ou define aquilo a que se refere. Determinadas ou definidas, essas orações subordinadas adjetivas, na verdade, normalmente fazem parte do

componente em si, ao invés de estar numa relação de oposição a ele. Pêcheux afirma que essa forma de incorporação permite a inserção no intradiscurso de elementos pré-construídos em outro lugar (exatamente onde esse outro lugar está, Pêcheux nunca diz). Mais particularmente, ele afirma que, no exemplo dado anteriormente, o discurso da história científica irrompe em uma forma pré-construída no discurso da biografia pessoal. Nesse caso, lembrando o astrônomo alemão Johannes Kepler, Pêcheux aponta as condições materiais em que ele morreu em 1630:

[...] uma realidade que não tem lá muito a ver com a descoberta das leis do movimento dos planetas... exceto, obviamente, em uma perspectiva religiosa ou moral no interior da qual a miséria é a contraparte do gênio, é o castigo ao conhecimento, entendido este último como transgressão (PÊCHEUX, 1997, p. 98).

Certamente, é razoável a afirmação de que construções desse tipo apresentam uma vinculação logicamente necessária (*“alguém descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias”*) como parte de uma nominalização sintática e não como uma afirmação independente, uma proposição, e, portanto, mais facilmente contestada. Nesse sentido, o pré-construído vem à tona como algo “transparente”, um “já dito”, em que um segmento da realidade é invocado como se já fosse determinado num “mundo das coisas como elas são” pré-construído.

Essas construções linguísticas são consideradas de uma perspectiva que, em virtude das restrições gramaticais que regem o seu funcionamento, estão localizadas na base linguística. Ao mesmo tempo, contudo, quando implementadas em alguma enunciação intradiscursiva, elas abrem espaços para o funcionamento do discurso transversal, de modo que este último sustenta as primeiras fornecendo apoio às conexões por um processo de implicação entre as proposições do intradiscurso. Por serem tão suscetíveis às linhas de força correntes no discurso transversal do interdiscurso, as orações explicativas e as restritivas não são nada mais, nada menos – seguindo essa linha de pensamento alterada – que processos discursivos.

Parece que, para Pêcheux, a oração subordinada adjetiva é importante porque ela pode ser usada para ilustrar como uma descrição detalhada da gramática de tais construções não pode explicar por si só as relações discursivas de implicação entre a oração principal e a oração subordinada. A interpretação dessas relações envolve um processo discursivo que conduz

para além de elementos codificados da sentença, em torno de formações discursivas e, portanto, na esfera da ideologia. Para Pêcheux, as relações discursivas que o interlocutor passa a reconhecer como uma conexão da oração subordinada adjetiva com sua oração principal baseiam-se no que nós já conhecemos de outro lugar, tomando como uma forma certa, de modo que, para um interlocutor reconhecer uma relação não codificada, precisa da confirmação ou da ratificação do já dito. Contudo, algumas importantes lacunas e incertezas permanecem na obra de Pêcheux. Não está claro, por exemplo, se ele está afirmando que toda instância da oração subordinada adjetiva carregará uma implicação ideológica ou, de fato, se todas as implicações ideológicas serão necessariamente realizadas somente pelas orações subordinadas adjetivas.

Aqui está em jogo, de forma crucial, o grau de relação entre um efeito discursivo e um processo gramatical. Uma premissa fundamental dos estudos do discurso que vêm se desenvolvendo nos últimos 15 anos é que não há correlação simples a ser esperada entre os processos gramaticais (subsentenciais) e os processos discursivos. Em outras palavras, não é possível observar efeitos discursivos das estruturas das sentenças de uma forma ou de outra. Assim, o mesmo efeito discursivo pode ser obtido por uma variedade de relações gramaticais. Embora Pêcheux (1982, p. 58) acertadamente argumente a separação dos domínios da gramática e discurso (em seus termos, “base linguística” e “processo discursivo”), ele não consegue seguir com a lógica completa de seu argumento, inibido pela sua tendência de trabalhar partindo da gramática e se encaminhando para o discurso, de acordo com o seu princípio de que os processos discursivos se desenvolvem “sobre a base de suas leis internas”. Pêcheux, na verdade, levanta a importante questão de como considerações ideológicas podem sustentar processos discursivos. Mas, um passo mais radical, refletindo mais completamente as consequências da sua posição, implicaria trabalhar a partir de processos discursivos como tal, concebidos de uma forma mais autônoma e notando o intervalo dos processos gramaticais que potencialmente podem ser associados a eles.

Em todo caso, orações adjetivas como as identificadas por Pêcheux são relativamente raras no discurso cotidiano. Num rápido olhar, até mesmo sobre a escrita bastante formal de um jornal dito “de qualidade”, podemos observar

que elas ocorrem numa proporção menor do que uma em cada dez sentenças. O foco sobre as orações subordinadas adjetivas parece, em consequência, ser extremamente limitado. A fim de dar prosseguimento às substantivas ponderações e vislumbres de Pêcheux sobre a presença da ideologia na língua, é importante ampliar o leque de construções consideradas suscetíveis de trabalharem uma “eficiência ideológica”. A esse respeito, um ponto de partida é fornecido pela gama de construções que podem estar no lugar de plenas orações subordinadas adjetivas e apresentar uma função semelhante a elas.

Construções semelhantes às orações subordinadas adjetivas em um extrato de jornal

Construções alternativas às orações subordinadas adjetivas explicativas plenas podem ser vistas em itálico nos segmentos a seguir (extraídos, como são todos os exemplos desta seção, da página de um jornal britânico dito de qualidade – não um tabloide –, chamado *Sunday Express*, de 29 de dezembro de 1991):

A disciplina deixou de ser o foco: aos alunos passou a ser ensinado “como se viver”, enquanto a finalidade da educação – *fomentar e satisfazer o desejo de conhecimento* – ficou de lado. Nos anos 1960, o relatório Plowden, *de proeminentes membros de classes reclamadas e contestadoras*, deu um endosso oficial⁸.

A grande semelhança dessas construções (uma coordenação entre orações subordinadas substantivas reduzidas e um sintagma preposicionado, respectivamente) com as orações explicativas pode ser confirmada pela facilidade com que cada uma pode ser transformada em uma oração subordinada adjetiva explicativa com pouca ou nenhuma mudança no sentido. Assim, “[...] a finalidade da educação – [que é] *fomentar e satisfazer [...]*”, “[...] o relatório Plowden, [cuja autoria é] *de proeminentes membros de classes reclamadas e contestadoras [...]*”. Além disso, não é difícil identificar um papel ideológico para essas pseudo-orações adjetivas. A página do *Sunday Express*, de onde os exemplos foram coletados, trata de supostas deficiências no sistema de ensino público, e a primeira simulação de oração explicativa no exemplo acima enuncia a finalidade da educação em termos parciais, como

8 N.T.: No original: “Subjects ceased to matter: pupils were taught ‘life-skills,’ while education’s purpose—to *excite and satisfy the desire for knowledge*—fell aside. In the Sixties the Plowden Report, *by prominent members of the chattering classes*, gave official endorsement”.

“fomentar e satisfazer o desejo de conhecimento”, como se isso fosse o único propósito da educação, em vez de ser apenas uma afirmação discutível. Similarmente, a referência “de proeminentes membros de classes reclamadas e contestadoras” é uma forma de denegrir a autoria do relatório Plowden. Em ambos os casos, o material que poderia provocar controvérsia é expresso sintaticamente nessas construções, que poderiam muito bem ser descritas como orações adjetivas em que o pronome relativo foi elidido ou orações pseudo-adjetivas. A controvérsia, assim, torna-se menos questionável, pois em tais posições a natureza da afirmação está disfarçada em formas que tradicionalmente não possuem caráter de proposição linguística completa.

Mais uma ilustração de uma explicativa com elisão do pronome relativo (em torno da temática do “igualitarismo”) pode ser encontrada no exemplo a seguir, no qual novamente pode ser identificado material particularmente controverso, tanto na oração explicativa elidida como na oração subordinada adjetiva plena que a sucede. “Em todas essas instituições uma única filosofia prejudicial tem prevalecido desde os anos 1960: o *igualitarismo*, que afirma que todas as crianças são iguais e por isso não se deveria permitir que nenhuma “ficasse para trás”⁹. Algumas asserções de caráter polêmico que estão implicadas nesta declaração podem ser identificadas a seguir:

- (1) Uma única filosofia prejudicial tem prevalecido desde os anos 1960 em todas as instituições (por exemplo, faculdades, departamentos de educação, inspetorias de escolas, revistas de educação e mesmo os ministérios da educação);
- (2) Esta filosofia é o igualitarismo;
- (3) O igualitarismo defende que todas as crianças são iguais e que nenhuma deveria ficar para trás.

Enquanto que a primeira asserção é possivelmente questionável, sua sintaxe é hierarquicamente colocada acima das demais, que lhe jogam luz e acabam com a dúvida. Ressaltamos que a segunda e a terceira asserções são apresentadas em uma posição não proeminente e de forma sintética, ou seja, no caso da segunda asserção, por exemplo, ela nem chega a formar uma

9 N.T.: No original: “In all these institutions a single damaging philosophy has prevailed since the 1960s: *egalitarianism*, which holds that all children are equal and so none should be allowed to “fall behind””.

oração por si mesma¹⁰. Embora Pêcheux geralmente descreva o efeito das subordinadas explicativas de promover “o retorno do saber no pensamento”, em muitos casos elas poderiam ser mais apropriadamente entendidas como meios de transformar o questionável e controverso no óbvio e evidente.

Orações subordinadas adjetivas desenvolvidas, completas, assim como as estruturas explicativas precedentes, podem ser igualmente substituídas por uma série de construções alternativas. Provavelmente a mais frequente é a oração introduzida por um verbo em sua forma nominal, em vez de um pronome relativo, como foi grifado no exemplo a seguir¹¹:

A sala de aula, enfeitada com pôsteres e figuras, é dividida em dois grupos barulhentos *brincando com formas de papel e triângulos de plástico*. [...] Mas eles não são juvenzinhos. Eles têm 21 anos e estão no quarto ano do curso de formação de professores *se especializando na abordagem de aprendizado progressista chamada “foco na criança”*¹².

Mais uma vez, uma simples paráfrase facilmente aponta as semelhanças com as orações subordinadas adjetivas restritivas. Assim, a sentença “*se especializando na abordagem de aprendizado progressista chamada ‘foco na criança’*” está relacionada diretamente com a oração adjetiva restritiva “*que especializa na abordagem de aprendizado progressista chamada ‘foco na criança’*”. Além disso, não apenas as orações, mas também grupos de preposições podem realizar essa função, como a seguir: “Uma ampla pesquisa privada *para o Departamento de Pesquisa Conservador em agosto* mostrou que 76% dos participantes são contra a habilidade de ensino-misto¹³, onde “*para o*

10 N.T.: Todos os esforços foram feitos para que conseguíssemos “parafrapear”, nesta tradução, os efeitos de sentido analisados pelos autores – mas, é claro, estamos cientes da dificuldade e da própria impossibilidade de simplesmente repetirmos, sem qualquer deslocamento. Além de tudo, a sintaxe da língua inglesa é diferente da gramática brasileira. Lá, é chamada “*reduced clause*” uma oração adjetiva – restritiva ou explicativa – cujo pronome relativo tenha sido elidido. Em português, quando esse tipo de fenômeno linguístico é possibilitado, muitas vezes classificamos o sintagma nominal resultante como aposto, sem ao menos pensarmos na estrutura oracional que poderia ter assumido lugar ali.

11 N.T.: Aqui, sim, temos a presença daquilo que, no Brasil, chamamos de orações reduzidas, previstas pelo menos desde Joaquim Mattoso Camara Jr. O autor chama esse tipo de construção de *subordinação verbo-nominal*.

12 N.T.: “The class, festooned with posters and pictures, is divided into two chattering groups *playing with paper shapes and plastic triangles*. [...] But they are not youngsters. They are 21 and in the fourth year of a teacher training course *specializing in the progressive ‘child-centred’ approach to learning*.”

13 N.T.: “A wide-ranging private poll *for the Conservative Research Department in August* showed that 76% of voters came out against mixed-teaching ability [*sic*].”

Departamento de Pesquisa Conservador em agosto” opera como uma alternativa sintética para “*que foi conduzida para o Departamento de Pesquisa Conservador em agosto*”.

Assim, a quantidade de construções que pode funcionar como orações subordinadas adjetivas restritivas é igualmente tão grande quanto aquelas que podem funcionar como explicativas. Em certa medida, os seus respectivos papéis podem ser sobrepostos. Consideremos, por exemplo, a sentença seguinte: “*Os mais insistentes na defesa do sistema foram aqueles com a responsabilidade de melhorá-lo – os ‘educadores’, cujo domínio inclui faculdades, departamentos de educação, as inspetorias das escolas, revistas de educação e o próprio ministério da educação*”. O sintagma nominal “*Os mais insistentes na defesa do sistema*” pode ser tido como estrutura derivada de “*aqueles que foram mais insistentes na defesa do sistema*”. O papel dessas expressões restritivas sintéticas pode ser comparado com a descrição que Pêcheux faz das orações subordinadas adjetivas restritivas plenas: elas dão solidez existencial para algum segmento da realidade que é invocado como se já fosse determinado no mundo pré-construído “*das coisas como elas são*”. Nesse caso, se reunirmos as explicativas que ficam à frente das restritivas que iniciam a sentença a essas próprias restritivas, podemos traçar uma série de proposições, tais como:

- (1) Os educadores existem (como um grupo definido);
- (2) Eles têm responsabilidade;
- (3) Sua responsabilidade é melhorar o sistema (educacional);
- (4) Eles defendem esse sistema;
- (5) Eles são mais insistentes defensores;
- (6) Eles têm um domínio;
- (7) O domínio inclui faculdades, departamentos de educação, os inspetores da escola, revistas de educação e o próprio ministério da educação.

No contexto dessa coluna de opinião em particular, essas são asserções absolutamente cruciais, tanto mais por serem propostas em posições não explicitadas. Como, então, poderia o colunista, um confesso “professor de estética direitista”, escrever no *Sunday Express* – um jornal decididamente pró-Partido Conservador – e atacar o sistema de educação vigente sem comprometer a reputação do governo conservador, que tem tido um efetivo controle sobre o ensino há mais de uma década? A resposta está em atribuir

responsabilidade a um grupo completamente diferente, “membros proeminentes” que são identificados subsequentemente como um “socialista dogmático”, “um professor comunista”, “um professor do nefasto Instituto de Educação da Universidade de Londres”, e assim por diante.

Uma última instância do pré-construído pode ser identificada como nominalização, um fenômeno cujos processos podem ser identificados por um verbo que, por sua vez, é codificado por um grupo nominal¹⁴. Por exemplo, afirmar que “o padrão nas escolas públicas caiu” é uma questionável pretensão de verdade. Contudo, escrever “O declínio do padrão nas escolas públicas tem sido evidente para professores universitários há anos, mas nossos avisos têm sido descartados como a cólera de uma ‘elite’ minoritária” não só converte uma oração completa em uma frase nominal, mas simultaneamente produz um efeito de transformação da questionável pretensão de verdade em uma pressuposição pré-construída. Assim, pode-se verificar que uma variedade de estruturas gramaticais é responsável por efeitos ideológicos e discursivos do tipo para o qual Pêcheux procurou chamar a atenção, ainda que ele tenha se concentrado estreitamente nas orações subordinadas adjetivas.

14 Um melhor exemplo de como a questão da nominalização em textos de jornais pode ser tratada é encontrada em Hodge e Kress (1988). Os autores acreditam que a nominalização pode ser vista como um caso extremo de redução gramatical, do mesmo modo que sintagmas nominais, como “negociações” ou “administração”, são derivados das estruturas predicativas equivalentes construídas ao redor de um verbo. Assim, um exemplo como “As negociações aconteceram no ACAS – Advisory, Conciliation and Arbitration Service” é tratado por Hodge e Kress (1988) como derivado de uma estrutura subjacente, como a seguinte: X negociou com Y no ACAS, onde o verbo (“negociar”) funciona como um predicado de dois lugares numa oração subjacente, e em que os papéis de participante que se associam ao predicado (X e Y) demandam especificações da oração para que a estrutura se complete (isso também sucede no seguinte exemplo: “Os mineiros negociaram com a Agência Nacional de Minérios no ACAS”). Na mesma lógica, argumentam os autores, quando uma estrutura como essa é nominalizada (p. ex.: “negociações”), uma consequência relevante é que os papéis participantes (p. ex.: “mineiros”, “Agência Nacional de Minérios”) podem ser facilmente neutralizados. Assim, o processo gramatical de redução leva a uma reificação e objetificação do processo subjacente.

Há uma semelhança aqui entre dois processos: a) esse de que falamos, uma verdadeira objetificação, onde uma ação representada por um verbo figura, transformada, como uma “coisa” através do processo de nominalização; e b) a teorização de Pêcheux sobre o “pré-construído”, em que entidades (p. ex.: “Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz”) solidificam sua existência mesmo quando ela é negada na mesma enunciação (p. ex.: “Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”).

Modalidades da operação subjetiva

Um conjunto adicional de dificuldades que pode agora ser abordado diz respeito à questão de como identificar o jogo de formações discursivas e como elas interpelam os sujeitos. Como nós podemos ver, as formações discursivas são ordens particulares do discurso, cada uma imbricada numa formação ideológica que fixa o sentido de determinadas palavras, expressões e proposições. Uma formação discursiva é aquilo que

[...] numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Infelizmente, uma vez que nenhuma formação discursiva é discutida em termos concretos, é muito ambíguo, em Pêcheux, se elas correspondem ao modo de falar (por exemplo, códigos, dialetos sociais, calões e assim por diante), a campos do discurso oficialmente ratificados ou institucionalizados definidos pelo tema (“discurso científico”, “discurso médico”, “discurso jurídico-legal” e assim por diante) ou formas genéricas do discurso (tais como “piadas”, “anedotas”, “discursos” ou “sermões”)¹⁵.

Na exposição de Pêcheux, esse problema de definição leva a grandes dificuldades quando explora o papel do discurso transversal. O efeito de sustentação que ele atribui para esse tipo de discurso está baseado no atravessamento de uma formação discursiva por outra. Esse efeito, contudo, é difícil de ser demonstrado sem um critério claro para distinguir uma formação discursiva de outra. E, na prática, parece bastante plausível que um efeito de sustentação seja alcançado sem contar com a presença de uma formação discursiva rival. Por exemplo, em uns dos itens do *Sunday Express* referidos

15 Uma recente explicação dos “discursos” tenta resolver esse tipo de ambiguidade da seguinte forma: “Qualquer explicação de um discurso ou de uma prática discursiva deve incluir sua área temática, sua origem social, seu trabalho ideológico: não devíamos, assim, pensar num discurso da economia, de um gênero, mas num discurso capitalista (ou socialista) da economia, ou num discurso patriarcal (ou feminista) de gênero. Tais discursos frequentemente se institucionalizam, particularmente pela indústria cultural, uma vez que são estruturados por um conjunto socialmente produzido de convenções que são tacitamente aceitas tanto pela indústria quanto pelos consumidores. Nesse sentido, podemos falar de um discurso jornalístico ou publicitário: esses discursos ainda apresentam nossas três características constitutivas: uma área temática, um lugar social e a veiculação de um determinado grupo social” (FISKE, 1987, p. 14-15). Essa solução proposta, no entanto, combina muitos, diferentes e contraditórios níveis de abstração e simplesmente insiste, de forma falaciosa, que a existência desses próprios discursos deveria ser dolorosa de definir.

anteriormente, parece que o uso recorrente das orações subordinadas adjetivas explicativas (ou construções apositivas assemelhadas) envolve a justaposição de um estado temporal das coisas com outro. Isso também pode ser visto nos exemplos seguintes, também extraídos do *Sunday Express*:

- (A) “Wright, a quem eles [seus ex-colegas] agora desprezam, foi um de seus funcionários mais confiáveis”;
- (B) “Wilson, outrora tão loquaz sobre o Serviço Secreto Inglês, deixará de falar sobre isso...”;
- (C) “Mas Barbara Castle, então ministra, disse na semana passada que ele [Wilson] havia sido vítima de uma campanha de difamação”.

Esse tipo de justaposição, segundo Pêcheux, cria algo como um espaço intradiscursivo implicativo que pode ser preenchido de diversas formas. No exemplo (A), o contraste entre o presente desprezo e a confiança no passado lança algumas dúvidas sobre a confiabilidade dos juízos de valor expressos pelos ex-colegas de Wright. Em (B), o contraste entre a ex-loquacidade de Wilson sobre o Serviço Secreto Inglês e seu atual comedimento sugere alguma intervenção que causou a sua mudança de atitude. Em nenhum caso, entretanto, as possíveis implicações parecem derivar necessariamente de uma formação discursiva rival. Pelo contrário, é perfeitamente possível argumentar que elas provêm da própria formação discursiva em que o texto está inserido. Assim, parece que o discurso transversal, especialmente quando formações discursivas são designadas em termos arbitrários, de acordo com critérios de mudança, não depende necessariamente de uma formação discursiva rival para preencher espaços do intradiscorso (ver CHEVALIER, 1990).

Neste momento, é fundamental lembrar que a noção de intradiscorso de Pêcheux é a de uma subjetividade ativa. Muito se tem esforçado para ilustrar como diferentes formas de seleção e combinação tornam “coerente” o texto contraditório. A dinâmica do intradiscorso-interdiscorso também tem ganhado destaque, do mesmo modo que demonstra ser capaz de fornecer uma análise do discurso crítica com elementos rudimentares para elucidar a interpelação do indivíduo como sujeito “esquecido” de seu próprio discurso (e dessa forma aperfeiçoa substancialmente a visão de Althusser sobre a relação imaginária). A interpelação, como é observado por Pêcheux, é realizada pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina: é nessa relação que ele é constituído como um sujeito e que sua “total liberdade” enquanto sujeito falante está situada (PÊCHEUX, 1982, p. 114, 125). Por sua vez, seria essa

relação de identificação o algo que sempre age para reforçar a unidade imaginária do sujeito, ou não?

Desse modo, um problema intrigante pode ser trazido à tona. Parece que essa relação fornece posições-sujeito “já disponíveis” para o bom sujeito que, realizando sua sujeição na forma do “livremente consentido”, assume “espontaneamente” a posição oferecida pelo Sujeito universal “em toda sua liberdade” (PÊCHEUX, 1982, p. 114, 156). Esse sujeito aceita a imagem de si projetada pelo discurso dominante. Pêcheux (1997, p. 225) fornece um exemplo histórico: “A França está ameaçada / somos todos franceses / é a guerra! [... ou] ‘um soldado francês não recua’, ‘levantem-se os mortos!’”. Mas o que podemos dizer do sujeito que não aceita a imagem de si, do modo que foi mostrado?

O discurso daquele que se torna um *mau* sujeito “volta-se contra” a identificação dominante, principalmente por tomar uma posição que consiste em dar início a uma ruptura, desafio ou revolta contra “o que o ‘sujeito universal’ lhe dá a pensar: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno” (PÊCHEUX, 1997, p. 215). O que Pêcheux argumenta é que o sujeito “problemático” não reconhece os sentidos vividos pelo bom sujeito como sendo “óbvios” ou “naturais”, mas sim como contraditoriamente sustentados, e, portanto, a identidade imediatamente/universalmente oferecida é recusada. As formas políticas e filosóficas do contradiscurso irão produzir no “mau” sujeito uma *contraidentificação* com a formação discursiva imposta sobre ele pelo interdiscurso; ainda que as evidências do sentido permaneçam com ele, nesse caso, elas são rejeitadas (PÊCHEUX, 1982, p. 157). Por exemplo: “são ‘sempre os mesmos que costumam se matar’; ‘abaixo a guerra! viva a paz!’” (PÊCHEUX, 1982, p. 225).

Pêcheux, ademais, opta por introduzir em seu esquema uma terceira modalidade da operação subjetiva, a *desidentificação*, que representa uma posição antagônica ou não subjetiva, um efeito que transforma ou substitui as práticas dominantes de sujeição ideológica (mas nunca escapa completamente delas) (PÊCHEUX, 1982, p. 159). Ao operar em sentido “inverso” ou “sobre e contra ele mesmo”, a ideologia, enquanto processo de interpelação, ameaça “reorganizar” ou “derrubar” ambos os complexos de formações ideológicas e formações discursivas sobrepostas (PÊCHEUX, 1982,

p. 159). Para reorganizar as relações ocultas na oposição guerra/paz indicadas no exemplo acima, seria reconhecido que “uma luta pela paz que não é ao mesmo tempo uma luta pelo socialismo é um *non-sens*, uma vez que o pacifismo é uma ilusão enquanto o socialismo não seja estabelecido” (PÊCHEUX, 1997, p. 227-228).

Como, então, continuar com sua teoria da reação, da contradição ou do antagonismo natural desse processo de distinção da “ideologia dominante”? Se, como os althusserianos sugeririam, considerar a questão da ideologia do ponto de vista da reprodução também implica, por definição, considerar a ideologia sob o ponto de vista da resistência à reprodução, assim, para Pêcheux e Gadet (1983, p. 26), a análise deve ser ressituada de forma a considerar “a multidão de resistências e revoltas heterogêneas que arde latente sob a ideologia dominante, ameaçando-a constantemente”. Ele, assim, apela para que a pesquisa crítica realize uma reavaliação das ideologias dominadas, sugerindo que elas sejam tratadas como uma série de efeitos ideológicos a serem identificados como resultantes da dominação e que operam em oposição a ela através de suas *falhas* e *fracassos* inerentes (PÊCHEUX; GADET, 1983, p. 27). Daí a sua observação de que as análises devem olhar para o que está acontecendo no que é “subjacente”, ou seja, no espaço que constitui o *cotidiano das massas* (PÊCHEUX, 1988, p. 645). Pêcheux (1997, p. 48) escreve que é na transformação gradual rumo ao sentido óbvio que:

[...] aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos de sobrevivência. [...] trata-se [...] de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido.

Um Outro pós-moderno?

As apostas para o tipo de abordagem que estamos desenvolvendo aqui nunca foram tão altas. Cada vez mais pesquisadores declaram que, atualmente, o principal desafio teórico para os estudos culturais não gira mais em torno das reivindicações que lutam contra uma economia política radical. Em seu lugar, disputam correntes de teóricos da pós-modernidade, sem dúvida rivais. Nas palavras de Martin Allor (1987, p. 137), essa rivalidade “nega a importância da própria mediação como fator problemático para a análise das

formações de poder modernas”¹⁶. A nosso ver, os teóricos se contentam simplesmente em comemorar a descontinuidade, a fragmentação, o pastiche, a aparência e, conseqüentemente, substituem na análise crítica noções como totalidade, coerência, completude, teleologia, narratividade e hierarquia, segundo o caminho de menor resistência. Tal posição não nega, contudo, que haja vantagens reais a serem adquiridas através de sua insistência, que é inadequada para assumir necessariamente uma correspondência linear entre a posição social e a experiência cultural, entre os sentidos de um texto e seu determinado contexto ou, finalmente, entre múltiplas relações de poder e lógicas concorrentes em dada reprodução social.

Além disso, reconhecer os benefícios de uma série de estratégias de ruptura não significa apoiar o projeto conceitual ou político resultante delas. O que alguns teóricos propõem, em sua vontade de abandonar a “dialética entre as condições e a consciência”, é frequentemente aceito, cada vez mais em nome da pós-modernidade, a ponto de valorar a dinâmica do poder de resistência como um princípio, e não como uma força dependente de circunstâncias históricas concretas. Neste artigo, gostaríamos de afirmar o valor da perspectiva de Pêcheux sobre a dialética das práticas, sentidos e identidades divergentes entranhados nos códigos ou sistemas de significação naturalizados como senso comum, como a realidade da ideologia dominante. Para enfrentar as hierarquias da “alteridade”, do “marginal”, do “estrangeiro” ou do “ilegítimo”, a percepção de Pêcheux – de que há a necessidade de irromperem pontos de resistência de uma política contra-hegemônica palpável, uma vez que eles estão envolvidos no que ele chama apropriadamente de “o ordinário” do sentido – é crucial.

É aí que reside a base necessária para uma forma politicamente reflexiva de análise, dado que ela prioriza diretamente a rearticulação através de mecanismos linguísticos de identificação social e alteridade. Apesar das

16 De fato, o ponto de vista de Allor (1988) é de que o largo repúdio à significação e à mediação dos teóricos pós-modernos está, ele mesmo, rapidamente constituindo o lugar de um novo paradoxo: a saber, que, ao detonar o modelo de profundidade característico do projeto semiótico (no qual o jogo de significantes se relaciona a uma hierarquia de níveis ou objetos), os teóricos pós-modernos provocaram um aumento no foco em análises discursivas e textuais (ALLOR, 1988, p. 300). Isto é, essa rejeição a uma problemática centrada nas convenções da prática humana (o sentido, a representação) ignora a efetividade contraditória das práticas sociais, assim engendrando um modelo de crítica que, no final das contas, será forçado a se refugiar no funcionalismo. Esse tipo de análise, debate o autor, não se sustenta sem recorrer a uma “lógica monumental” que explique a estrutura “superficial” estudada.

limitações da noção de formação discursiva de Pêcheux, como demonstramos acima, sua capacidade de articular as relações entre, por um lado, as “regras” normativas de ideologia e, por outro lado, aspectos de sua apropriação ou negociação subjetiva, oferece significativas vantagens heurísticas. Como ele mesmo caracterizou seu projeto:

Toda a minha obra se define aqui, nesse elo entre a questão da *constituição do sentido* e a questão da *constituição do sujeito*; um elo que não é marginal (por exemplo, o caso especial dos “rituais” ideológicos de leitura e escrita), mas localizado dentro da própria “tese central”, na figura da *interpelação* (PÊCHEUX, 1982, p. 105).

Como, então, desenvolver um elo entre a constituição do sentido e a constituição do sujeito? À primeira vista, a abordagem mais simples seria utilizar uma explicação whorfiana ou saussuriana adaptada, em que a experiência (subjetividade) permanece incipiente e em fluxo até a entrada na ordem simbólica – a língua –, o que faz com que as categorias, condições e processos sejam disponibilizados, não só para a representação da experiência, mas também para sua ativa formação e organização.

O problema, porém, com o desenvolvimento da vinculação nesses termos é que a ordem simbólica – a língua – é concebida dentro das abordagens de Whorf e Saussure como uma totalidade unificada; em consequência, a ideologia (neste caso, como visão de mundo) seria a mesma para todos os membros da comunidade linguística. A distinção de Pêcheux entre a base linguística e o processo discursivo é proposital, oferecendo uma maneira diferente de articular essa interdependência. A subjetividade não está construída “sobre a base linguística” em termos de ordem simbólica unificada. Em vez disso, como vimos, Pêcheux propõe que os sentidos particulares são constituídos em um processo discursivo particular, e, como “todo processo discursivo está inserido em uma relação ideológica”, a subjetividade é constituída de forma desigual e contraditória, dependendo da formação discursiva em que os processos estão inseridos. Reafirmando: a interpelação está, portanto, fundada no funcionamento discursivo do “pré-construído” e do “efeito de sustentação”.

Em termos mais concretos, o que parece estar em jogo é o seguinte: qualquer enunciação no intradiscurso abre espaços implicativos tanto para as operações do pré-construído quanto para o efeito de sustentação. Esses espaços (lacunas inferenciais) exigem a formação do sujeito para garantir a

inteligibilidade de qualquer enunciado. O sujeito fornece o sentido do enunciado pelo recurso do discurso transverso. Ao fornecer as ligações inferenciais ou preencher o espaço implicativo no interdiscurso, ele é, ao mesmo tempo, recrutado para as condições desse discurso transverso, que fornece os fundamentos para a sua inteligibilidade. Mas, na medida em que o sujeito torna inteligível a enunciação, ele é interpelado. Indiscutivelmente, isso não ocorre no nível de consciência. É como se a ideologia, ao longo do eixo do discurso transverso, sustentasse a obviedade da enunciação e, assim – num ato de reconhecimento que subscreve esta obviedade –, o sujeito é interpelado.

Pêcheux, focando particularmente o papel da língua nesse processo, fornece mais detalhes sobre como a ideologia é subjetivamente apropriada no ato da interpelação. Seu tratamento do tema oferece uma maneira de desenvolver a noção de interpelação de tal forma que vai além das características mais abstratas da posição do sujeito na ideologia, típica dos estudos culturais. Uma limitação notável do pensamento althusseriano, especialmente quando isso é processado na sua forma mais sistemática, é que o papel e a prática de determinadas ideologias se tornam obscurecidos sob uma rubrica a-histórica que rege o funcionamento da Ideologia em geral, e, em consequência, a sua ênfase recai sobre a constituição do Sujeito como tal (que é justificado pela referência de ser “o efeito ideológico elementar”) em detrimento de explorar interpelações particulares gestadas em ideologias distintas. A esse respeito, a ênfase de Pêcheux no processo discursivo como um modo de interpelação permite um maior grau de especificidade. Enquanto é possível delinear os parâmetros precisos das formações discursivas concretas, deve ser possível ir além do posicionamento meramente formal do sujeito da ideologia, em vez de abordar a interpelação do sujeito por ideologias particulares em seus discursos enunciados.

Para encerrar, então, recomendamos a muito positiva e incitante discussão de Pêcheux sobre a materialidade da língua. Nossa trajetória neste trabalho foi dividida em três caminhos fundamentais. Primeiro, defender que a noção de formação discursiva é necessária para uma teoria materialista da língua e da ideologia, mas, ao mesmo tempo, reconhecer a necessidade de uma definição mais rigorosa da noção. Se uma série de problemas na AD é resultado dos esboços abruptos das demonstrações de Pêcheux, a maior

MONTGOMERY, Martin; ALLAN, Stuart. Ideologia, discurso e estudos culturais: a contribuição de Michel Pêcheux. Trad. Diego Barbosa da Silva e Phellipe Marcel da Silva Esteves. Rev. Trad. Rodrigo Oliveira Fonseca. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 6, p. 245-281, jun.2014.

dificuldade, mencionada acima, sem dúvida é o reduzido sentido que a determinação toma em seu trabalho, funcionando unidirecionalmente “para baixo”, partindo do enunciado rumo a uma organização social. Segundo, a noção de processo discursivo precisa ser desenvolvida para incluir um leque mais amplo de práticas do que aquelas associadas a construções de orações subordinadas adjetivas. Finalmente, outras tentativas devem ser realizadas para mobilizar as possibilidades heurísticas, analíticas e estratégicas dessa rica e incipiente categoria que é a desidentificação.

Quando as rígidas fronteiras disciplinares que separam a análise do discurso do campo da teoria da cultura se desmantelarem lentamente, é certo que os pesquisadores de estudos culturais vão adquirir um novo conjunto de ferramentas linguísticas, que têm como finalidade teorizar esse jogo da ideologia e do poder no discurso. Num tempo em que o terreno conceitual – outrora polarizado entre “estruturas de sentimento” e “interpelação” – é constantemente reescrito em termos superficiais de gestos estéticos, os esforços para desenvolver e aperfeiçoar um novo vocabulário crítico para falar do mundo estão se intensificando. Portanto, aqui procuramos demonstrar como o quadro investigativo de Pêcheux é de contínua relevância para os estudos culturais, pois de fato possui enorme potencial para analisar casos concretos da efetividade ideológica e discursiva.

Referências

ALLOR, Martin. Projective readings: Cultural studies from here. **Canadian Journal of Political and Social Theory**, v. 11, n. 1-2, p. 134-138, 1987.

_____. Theoretical practice in the post. **Communication**, v. 10, p. 295-303, 1988.

ALTHUSSER, Louis. Ideology and ideological state apparatuses: Notes towards an investigation. In: _____. **Lenin and Philosophy**. Nova York/Londres: Monthly Review, 1971. p. 127-186.

_____. **For Marx**. Nova York: Vintage, 1969.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin N. **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Michel Lahud, Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

MONTGOMERY, Martin; ALLAN, Stuart. Ideologia, discurso e estudos culturais: a contribuição de Michel Pêcheux. Trad. Diego Barbosa da Silva e Phellipe Marcel da Silva Esteves. Rev. Trad. Rodrigo Oliveira Fonseca. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 6, p. 245-281, jun.2014.

- BAKHTIN, Mikhail. **The dialogic imagination**. Austin: University of Texas Press, 1981.
- BAUMAN, Zygmunt. Is there a postmodern sociology? **Theory, Culture and Society**, v. 5, p. 217-237, 1988.
- CHARLAND, Maurice. Rehabilitating rhetoric: Confronting blindspots in discourse and social theory. **Communication**, v. 11, n. 4, p. 253-264, 1990.
- CHEVALIER, Jacques M. **Semiotics**, romanticism and the scriptures. Berlim/Nova York: Mouton de Gruyter, 1990.
- COUSINS, Mark. Jokes and their relation to the mode of production. **Economy and Society**, v. 14, n. 1, p. 94-112, 1985.
- EAGLETON, Terry. **Ideology**. Londres: Verso, 1991.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. Londres: Longman, 1989.
- FIRTH, John Rupert. **Papers in linguistics 1934-1951**. Londres: Oxford University Press, 1957.
- FISKE, John. **Television culture**. Londres: Methuen, 1987.
- FOUCAULT, Michel. Orders of discourse. **Social Science Information**, v. 10, n. 2, p. 7-30, 1971.
- _____. **The archaeology of knowledge**. Nova York: Pantheon, 1972.
- FOWLER, Roger et al. **Language and control**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- FRANKLIN, Sarah; LURY, Celia; STACEY, Jackie (Org.). **Off-centre: Feminism and cultural studies**. Londres: Harper Collins, 1991.
- FROW, John. **Marxism and literary history**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- GOODRICH, Peter. Materialism and linguistics. **Radical Philosophy**, v. 32, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks**. Nova York: International, 1971.
- GROSSBERG, Lawrence. Cultural studies: Revisited and revised. In: MANDER, Mary S. (Org.). **Communications in transition**. Nova York: Praeger, 1983. p. 39-70.
- HALL, Stuart. Signification, representation, ideology: Althusser and the post-structuralist debates. **Critical Studies in Mass Communication**, v. 2, n. 2, p. 91-114, 1985.

MONTGOMERY, Martin; ALLAN, Stuart. Ideologia, discurso e estudos culturais: a contribuição de Michel Pêcheux. Trad. Diego Barbosa da Silva e Phellipe Marcel da Silva Esteves. Rev. Trad. Rodrigo Oliveira Fonseca. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 6, p. 245-281, jun.2014.

_____. The rediscovery of “ideology”: Return of the repressed in media studies. In: GUREVITCH, Michael et al. **Culture, society and the media**. Londres: Methuen, 1982. p. 56-90.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Language as social semiotic**. Londres: Edward Arnold, 1978.

HARTLEY, John; MONTGOMERY, Martin. Representations and relations: Ideology and power in press and TV news. In: DIJK, Teun Adrianus van (Org.). **Discourse and Communication**. Nova York: Walter de Gruyter, 1985. p. 233-269.

HODGE, Robert; KRESS, Gunther. **Social semiotics**. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

HYMES, Dell H. (Org.). **Language in culture and society**. Nova York: Harper & Row, 1964.

JOHNSON, Richard. What is cultural studies anyway? **Social Text**, v. 16, p. 38-80, 1987 [Trad. bras.: SILVA, Thomaz Tadeu da (Org.). **O que é, afinal, estudos culturais?** Trad. Ana Carolina Escosteguy. Belo Horizonte: Autêntica, 1999].

LACAN, Jacques. **Écrits: A selection**. Nova York: W.W. Norton, 1977.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy**. Londres: Verso, 1985.

MACCABE, Colin. **Theoretical essays: Film, linguistics, literature**. Manchester: Manchester University Press, 1985.

MACDONNELL, Diane. **Theories of discourse**. Londres: Basil Blackwell, 1986.

MONTGOMERY, Martin; ALLAN, Stuart. Cultural studies and the turn to discourse analysis. In: **Annual Conference of the Canadian Communication Association, Learned Societies of Canada Conference, Queen’s University at Kingston**, 29-31 de maio de 1991.

MORLEY, David. **The nationwide audience**. Londres: BFI, 1980.

MORRIS, Meaghan. Banality in cultural studies. In: MELLENCAMP, Patricia (Org.). **Logics of television**. Londres: BFI, 1990. p. 14-43.

MURPHY, John W. Making sense of postmodern sociology. **British Journal of Sociology**, v. 39, n. 4, p. 600-614, 1988.

NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Org.). **Marxism and the interpretation of culture**. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1988.

MONTGOMERY, Martin; ALLAN, Stuart. Ideologia, discurso e estudos culturais: a contribuição de Michel Pêcheux. Trad. Diego Barbosa da Silva e Phellipe Marcel da Silva Esteves. Rev. Trad. Rodrigo Oliveira Fonseca. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 6, p. 245-281, jun.2014.

NICHOLSON, Linda (Org.). **Feminism/postmodernism**. Nova York/Londres: Routledge, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Discourse: Structure or event? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Org.). **Marxism and the interpretation of culture**. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1988. p. 633-650.

_____. Ideology: Fortress or paradoxical space. In: HANNINEN, Sakari; PALDAN, Leena (Org.). **Rethinking ideology: A marxist debate**. Nova York: International General, 1983. p. 31-35

_____. **Language, Semantics and Ideology**. Nova York: St. Martin's Press, 1982.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____; GADET, Françoise. La langue introuvable. **Canadian Journal of Political and Social Theory**, v. 7, n. 1-2, p. 24-31, 1983.

ROBINSON, Gertrude J.; STRAW, William O. Semiotics and communications studies: Points of contact. In: DERVIN, Brenda; VOIGT, Melvin J. (Org.). **Progress in communication studies**. Norwood, NJ: Ablex, 1984. v. 4. p. 91-114.

ROSS, Andrew (Org.). **Universal abandon?: The politics of postmodernism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Course in general linguistics**. Nova York: McGraw Hill, 1966.

SINCLAIR, John McHardy. **A course in spoken English: Grammar**. Londres: Oxford University Press, 1972.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **In other worlds: Essays in cultural politics**. Nova York: Methuen, 1987.

THOMPSON, John B. **Studies in the theory of ideology**. Cambridge: Polity Press, 1984.

WILLIAMS, Raymond. **The long revolution**. Londres: Chatto and Windus, 1961.

MONTGOMERY, Martin; ALLAN, Stuart. Ideologia, discurso e estudos culturais: a contribuição de Michel Pêcheux. Trad. Diego Barbosa da Silva e Phellipe Marcel da Silva Esteves. Rev. Trad. Rodrigo Oliveira Fonseca. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 6, p. 245-281, jun.2014.

Tradução:

Diego Barbosa da Silva

Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: vsjd@uol.com.br

Phellipe Marcel da Silva Esteves

Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: phellipemarcel@yahoo.com.br

Revisão da Tradução:

Rodrigo Oliveira Fonseca

Pós-doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade do Estado do Bahia (UNEB)

E-mail: rodrigoroflin@gmail.com